



O LÚDICO E SUA CONTRIBUIÇÃO NA APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Play and its contribution to the learning of children with Autistic Spectrum Disorder

Clodoaldo Matias da Silva¹
Janderson Gustavo Soares de Almeida²
Maria das Graças Maciel de Oliveira³
David Wanderson Miranda Martins⁴

Resumo

Este artigo traz uma revisão bibliográfica a respeito da contribuição do lúdico no processo de aprendizagem de crianças com Transtornos do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil. O trabalho inicia-se comentando que o lúdico é uma ferramenta importante a ser utilizada no processo de ensino-aprendizagem de crianças com TEA. O ludicismo desempenha um papel importante na aquisição de habilidades sociais, cognitivas, emocionais e de comunicação. Embora o lúdico seja uma estratégia amplamente utilizada na Educação Infantil, o seu uso com crianças com TEA ainda é limitado. Em face disso a problemática deste trabalho centra-se no seguinte questionamento: Qual a contribuição do lúdico no processo de aprendizagem de crianças com TEA na Educação Infantil? Uma revisão bibliográfica foi realizada para analisar a contribuição do lúdico no processo de aprendizagem de crianças com TEA. Os resultados desta pesquisa revelaram que o lúdico desempenha um papel importante na promoção de habilidades sociais, comunicação, cognição e emoção. O lúdico também foi associado a melhorias na interação social, no desempenho acadêmico e na qualidade de vida geral. No entanto, a implementação do lúdico com crianças com TEA ainda é limitada devido, principalmente, à falta de recursos, ao desconhecimento dos profissionais e à falta de uma abordagem interdisciplinar. Além disso, é importante que os profissionais da Educação Infantil desenvolvam estratégias de lúdico personalizadas, bem como que desenvolvam habilidades de avaliação e feedback para melhorar os resultados do lúdico.

Palavras-chave: Lúdico. Aprendizagem. Espectro Autista.

Abstract

This paper presents a literature review on the contribution of play in the learning process of children with Autism Spectrum Disorders (ASD) in early childhood education. The work starts by commenting that the playfulness is an important tool to be used in the teaching-learning process of children with ASD. Playfulness plays an important role in the acquisition of social, cognitive, emotional and communication skills. Although playfulness is a widely used strategy in Early Childhood Education, its use with children with ASD is still limited. Therefore, the problem of this work focuses on the following question: What is the contribution of play in the learning process of children with ASD in early childhood education? A literature review was conducted to analyze the contribution of play in the learning process of children with ASD. The results of this research revealed that play plays an important role in promoting social skills, communication, cognition and emotion. Play was also associated with improvements in social interaction, academic performance and overall quality of life. However, the implementation of play with children with ASD is still limited mainly due to lack of resources, lack of

¹ Mestrando em História pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. E-mail: cms.1978@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3923-8839>.

² Doutorando em Educação e Cultura – UNESA. Mestre em Educação – UNESA. E-mail: janderson.almeida@semed.manaus.am.gov.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7072-8561>.

³ Mestre em Educação pela Universidade Postegrado UniNorte, Assunção - Paraguai.

⁴ Especialista em Educação e Inclusão e Graduado em Pedagogia pelo Centro Universitário do Norte - UNINORTE. E-mail: davidwandersonmm@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-6718-6943>.



knowledge of professionals and lack of an interdisciplinary approach. Furthermore, it is important that Early Childhood Education professionals develop personalised play strategies, as well as develop assessment and feedback skills to improve play outcomes.

Keywords: Playfulness. Learning. Autistic Spectrum.

Introdução

A criança é vista como um sujeito social porque ela participa de atividades e processos sociais, como brincar, estudar, trabalhar, adquirir conhecimento, participar de grupos e outras atividades. Ela também desenvolve habilidades e competências que lhe permitem interagir com outras pessoas de forma saudável. A criança também aprende a lidar com problemas, como conflitos, violência, discriminação e desigualdade. Ela é capaz de compreender questões sociais e desenvolver a capacidade de tomar decisões conscientes e responsáveis.

É dentro desse contexto, que ela aprende sobre a vida e sobre si mesma. Dessa maneira o ato de brincar se torna importante para o desenvolvimento da criança, pois é através dele que ela adquire conhecimento, habilidades, desenvolve a criatividade e também a capacidade de se comunicar e se relacionar com o outro. Além disso, é uma ótima forma de estimular a socialização e o desenvolvimento motor da criança. Sendo assim, o lúdico se mostra uma ferramenta importante meio de ensino para as crianças, pois possibilita que elas explorem e conheçam seu ambiente, desenvolvendo suas habilidades e capacidades e adquirindo conhecimentos de forma lúdica, divertida e significativa.

Nesse processo, as crianças têm oportunidade de experimentar, descobrir, manipular e brincar com diferentes materiais e ambientes, o que contribui para o seu desenvolvimento cognitivo, físico, social e emocional. Com base nesse contexto, a presente pesquisa traz como tema a contribuição do lúdico no processo de ensino aprendizagem de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

O trabalho pedagógico com os alunos TEA também requer que os profissionais da educação sejam sensíveis aos interesses e às necessidades desses alunos. É importante que os profissionais da educação estejam conscientes das características que os diferenciam e saibam como atender às suas necessidades. Esta abordagem abrangente e individualizada é fundamental para garantir o sucesso educacional dos alunos.

Ao trabalhar com alunos TEA, os profissionais da educação devem ter em mente que cada aluno é único e que os métodos de ensino e a metodologia devem ser adaptados a cada



caso. Também é importante considerar que os alunos com TEA precisam de estímulos e de estratégias de ensino que os ajudem a desenvolver habilidades sociais, cognitivas e comunicativas.

Portanto, a relevância da temática do trabalho pedagógico com alunos TEA está relacionada à necessidade de promover o sucesso educacional desses alunos. Os profissionais da educação devem estar conscientes das necessidades específicas desses alunos para desenvolver métodos de ensino que possam contribuir para o sucesso educacional deles. Tendo em vista esse cenário a problemática deste estudo centra-se no seguinte questionamento: Qual a contribuição do lúdico no processo de aprendizagem de crianças com TEA na Educação Infantil?

Com o intuito de responder o presente problema esse trabalho elencou como objetivo geral contextualizar a importância do lúdico na aprendizagem de crianças com Transtorno do Espectro Autista na Educação Infantil. Esse por sua vez foi dividido nos específicos: (i) caracterizar as principais políticas públicas referente a Educação Especial, conceituando deficiência e as leis da inclusão; (ii) identificar os principais pressupostos existentes entre o lúdico e a prática docente na Educação Especial; e, (iii) levantar as principais ações pedagógicas que podem ser desenvolvidas junto aos alunos com Transtorno do Espectro Autista.

Por fim, comenta-se que o lúdico é um importante estímulo para alunos com TEA. É uma ferramenta poderosa para ajudar a desenvolver habilidades sociais, melhorar o autocontrole e aumentar a capacidade de seguir instruções. O lúdico também pode ser usado como forma de expressão, permitindo que os alunos se envolvam em atividades que lhes permitam expressar seus sentimentos de forma saudável. Além disso, o lúdico também pode ajudar os alunos a desenvolver habilidades cognitivas, como a capacidade de raciocínio, a memória e a capacidade de resolver problemas.

Falando sobre o Transtorno do Espectro Autista

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) descreve a TEA como um grupo de transtornos relacionados ao desenvolvimento caracterizados por dificuldades nas habilidades sociais, comunicação e comportamento. Esses transtornos podem



afetar a capacidade de um indivíduo de realizar tarefas diárias, como se vestir, se alimentar e conectar-se socialmente.

O DSM-5 identifica três subtipos principais da TEA: transtorno do espectro autista, transtorno global do desenvolvimento não especificado (TGD-NOS) e transtorno do desenvolvimento geral específico (TDG-E). O DSM-5 também descreve critérios específicos para o diagnóstico de cada subtipo. Estes incluem dificuldades nos campos da comunicação, interação social, pensamento abstrato, desenvolvimento motor, comportamento adaptativo, e mais (APA, 2014).

A Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10) é a última atualização da Classificação Internacional de Doenças, que foi publicada em 1992. Ela inclui novos diagnósticos, incluindo transtornos mentais e comportamentais, que foram aperfeiçoados com base no DSM-5 (APA, 2014). Essas alterações permitiram que a CID-10 melhor classificasse os transtornos mentais e comportamentais, incluindo aqueles que foram previamente classificados como transtornos de ansiedade, transtornos de humor, transtornos de desenvolvimento, transtornos alimentares e outras categorias.

Além disso, a CID-10 permite que os profissionais da saúde possam melhor tratar e diagnosticar os transtornos mentais e comportamentais. Isso é possível porque a CID-10 fornece uma classificação mais detalhada dos transtornos, permitindo que os profissionais da saúde possam identificar as características principais de cada transtorno mental e comportamental e desenvolver tratamentos mais específicos para cada um deles.

A partir deste entendimento, o primeiro passo é começarmos a entender o que são os Transtornos do Espectro Autista. Nesse sentido, faz-se um recorte do material de Schopler (2018), onde o autor expressa que os Transtornos do Espectro Autista (TEA) são um grupo de transtornos neurológicos que afetam o desenvolvimento normal das habilidades sociais, comunicação e comportamento. Eles afetam cada pessoa de maneira diferente, mas geralmente incluem dificuldades com o processamento sensorial, a comunicação, a interação social e o comportamento repetitivo.

De acordo com Silva, Almeida e Almeida (2020) algumas pessoas com TEA também têm problemas de saúde física, como distúrbios do sono, desnutrição e convulsões. Os transtornos do espectro autista são caracterizados por uma ampla variedade de sintomas, que



variam de indivíduo para indivíduo. Alguns dos sintomas mais comuns incluem dificuldades de comunicação, dificuldades na interação social, comportamentos repetitivos e interesses restritos.

Todavia cabe salientar que o diagnóstico do TEA é clínico e baseia-se na presença de determinados padrões de comportamento. De acordo com Schopler (2018) esses padrões incluem dificuldade para se comunicar verbalmente e socialmente, comportamento repetitivo, interesses restritos, problemas de interação social e dificuldade em compreender conceitos abstratos. O diagnóstico é feito por profissionais especializados, como psiquiatras, psicólogos e outros profissionais da saúde mental.

Silva e Almeida (2017) complementam que os profissionais avaliarão o histórico do comportamento do indivíduo, bem como seu desenvolvimento cognitivo e social. Além disso, alguns profissionais também podem recomendar exames de imagem, testes genéticos e outros exames para confirmar o diagnóstico. O objetivo do diagnóstico é determinar o nível de funcionamento do indivíduo com TEA e quais são os melhores tratamentos para ajudar a melhorar o funcionamento.

Para o diagnóstico do TEA, o paciente deve preencher alguns critérios, sendo eles: déficits de comunicação social, interação social e comportamento, interesses e atividades restritos e repetitivos (APA, 2014). Sobre os déficits de comunicação social e interação social, a DSM-5, em seu texto, destaca alguns exemplos, sendo eles:

- Déficits na reciprocidade socioemocional, variando, por exemplo, de abordagem social anormal e dificuldade para estabelecer uma conversa normal a compartilhamento reduzido de interesses, emoções ou afeto, a dificuldade para iniciar ou responder a interações sociais.
- Déficits nos comportamentos comunicativos não verbais usados para interação social, variando, por exemplo, de comunicação verbal e não verbal pouco integrada a anormalidade no contato visual e linguagem corporal ou déficits na compreensão e uso de gestos, a ausência total de expressões faciais e comunicação não verbal.
- Déficits para desenvolver, manter e compreender relacionamentos, variando, por exemplo, de dificuldade em ajustar o comportamento para se adequar a contextos sociais diversos a dificuldade em compartilhar brincadeiras imaginativas ou em fazer amigos, a ausência de interesse por pares (APA, 2014, p. 94).

Aos exemplos expostos que envolvem os déficits de comunicação social e interação social do indivíduo com TEA, Rutter; Couteur e Lord (2021) acrescentam que:



1. O indivíduo com TEA pode não ser capaz de responder a perguntas ou interações sociais como outras pessoas, ou pode ter dificuldade em expressar suas necessidades.
2. O indivíduo com TEA pode ter dificuldade em compreender instruções ou mensagens vocais complexas.
3. O indivíduo com TEA pode não ser capaz de usar estratégias sociais comuns, como a tomada de vez, esperar sua vez para falar, ou lembrar de detalhes relevantes para a conversa.
4. O indivíduo com TEA pode ter dificuldade em entender e seguir convenções sociais comuns, como o que dizer em determinadas situações ou o que fazer em grupos.
5. O indivíduo com TEA pode ter dificuldade em manter um diálogo ou iniciar uma conversa.

Silva; Gaiato; e, Reveles (2012) dizem que evidências científicas mostram que entender algumas características comuns às pessoas com TEA, pode auxiliar muito a agir em diferentes situações. Uma das características mais comuns aos indivíduos com TEA é a dificuldade em processar informações sensoriais. Isso significa que eles podem ter dificuldade em distinguir os sons, cheiros, texturas, temperaturas, luzes e outras informações sensoriais. Isso pode resultar em comportamentos desafiadores ou ansiedade.

Outra característica comum destacada por Schopler (2018), é a dificuldade em lidar com mudanças, especialmente aquelas que não foram previamente estabelecidas. Isso pode incluir mudanças na rotina diária, mudanças nas expectativas de comportamento ou mudanças nos materiais usados. Além disso, muitas pessoas com TEA têm dificuldade em manter contato visual, entender a linguagem figurada e expressar suas emoções. Também podem ter dificuldade em compreender o que é apropriado ou inapropriado em uma determinada situação social.

Nos estudos de Silva, Almeida e Almeida (2020) os autores comentam que as crianças com TEA podem ter sensibilidades e interesses sensoriais por várias razões. Por exemplo, elas podem ter dificuldades para interpretar e responder a estímulos sensoriais que as crianças sem TEA não têm. Essa dificuldade pode levar a criança a procurar maior estimulação sensorial. Além disso, as crianças com TEA podem ter dificuldade em expressar seus sentimentos ou em lidar com suas emoções, o que pode levar a uma procura de atividades que ofereçam um sentimento de controle ou segurança. As crianças com TEA também podem usar atividades



sensoriais para autorregulação, o que significa que elas usam o estímulo sensorial para autorregular seu humor, humor, alerta e comportamento.

As crianças com TEA podem achar que se concentrar em experiências sensoriais reduz a sua ansiedade (Silva; Gaiato; Reveles, 2012). Isso ocorre porque o processamento sensorial é uma forma de ajudá-los a se sentirem mais relaxados e calmos. Atividades sensoriais podem incluir a manipulação de objetos, o contato com texturas diferentes, ou a execução de exercícios de respiração. De acordo com Silva e Nascimento (2017) essas atividades estimulam os sentidos da criança e ajudam-na a focar-se e a estabilizar o seu humor. Além disso, elas podem ajudar a criança a lidar com a ansiedade, aumentando a sua capacidade de lidar com estímulos ambientais, desenvolvendo a sua capacidade de autorregulação e a sua capacidade de lidar com situações estressantes.

O que se observa na literatura consultada, é que a intervenção é um processo contínuo que visa ajudar crianças com TEA a desenvolver habilidades e aproveitar ao máximo seu potencial. É importante para isso que os profissionais de saúde, educadores e famílias trabalhem em conjunto para ajudar a criança a adquirir, aperfeiçoar e aprimorar habilidades. Estas habilidades podem ser cognitivas, sociais, de linguagem e de relacionamento, entre outras. Para cada criança, as metas e os objetivos de intervenção são específicos e devem ser adaptados às necessidades individuais.

Nesse contexto, deve-se estabelecer um plano de intervenção individualizado que aborde as necessidades da criança, incluindo objetivos e metas específicas. O plano deve incluir várias formas de intervenção, tais como terapia comportamental, terapia de linguagem, terapia ocupacional e terapia de desenvolvimento. Além disso, é importante considerar as necessidades emocionais da criança e ajudá-la a desenvolver habilidades de comunicação, autocontrole e interação social.

No âmbito escolar, o papel do psicopedagogo será de auxiliar o professor na compreensão das necessidades específicas dos alunos com TEA, assim como na elaboração de estratégias pedagógicas que possam tornar o ambiente escolar mais adequado para esses alunos. Além disso, o psicopedagogo também pode ajudar o professor a lidar com as demandas emocionais dos alunos com TEA, pois é comum que eles tenham dificuldades de comportamento, autocontrole e regulação emocional.



Dessa forma, o psicopedagogo pode auxiliar o professor a lidar com esses comportamentos e a criar estratégias de intervenção eficazes. Portanto, o apoio do psicopedagogo é fundamental para que o professor possa estabelecer uma relação adequada e segura com os alunos com TEA, proporcionando assim um ambiente escolar mais acolhedor e inclusivo, todavia para estabelecer essas metas, o professor deve ter o conhecimento a respeito das leis de inclusão, conforme será observado na próxima seção.

Conceituando deficiência e as leis da inclusão

No âmbito da educação escolar, é importante que seja garantido aos estudantes com deficiência um acesso igualitário e sem discriminação. Para isso, é importante que sejam realizadas as adaptações necessárias para que eles possam desenvolver seu potencial de forma plena e que sejam oferecidas aulas e programas de acordo com as suas necessidades. Outra medida importante é oferecer treinamentos e orientações para que os profissionais da educação saibam lidar com as particularidades de cada criança com deficiência. Além disso, é importante que os docentes conheçam as leis e políticas educacionais relacionadas às crianças com deficiência.

Sendo assim, o primeiro objetivo da presente pesquisa, vem caracterizar as principais políticas públicas referente a Educação Especial, conceituando deficiência e as leis da inclusão. Onde se inicia pontuando que a Educação Especial se trata de um conjunto de políticas e ações que possibilitam o acesso, a participação e a aprendizagem de pessoas com algum tipo de deficiência na educação escolar. Ela busca providenciar acessibilidade aos materiais pedagógicos, bem como condições de participação de forma igualitária aos alunos com deficiência.

Esse estudo define a deficiência como um estado de limitação que pode ocorrer em um ou mais domínios da vida, tais como saúde, habilidades físicas, intelectuais, sensoriais e/ou emocionais, originadas por qualquer causa, seja ela congênita ou adquirida. No Brasil, as principais leis da inclusão são a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) e a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). É fundamental que a escola seja um ambiente seguro e acolhedor para as crianças com deficiência, para que elas possam desenvolver suas habilidades de forma autônoma e saudável. Assim, é importante que a escola



seja um espaço inclusivo, onde todos os alunos sejam tratados com igualdade e respeito, independente da sua condição física ou mental.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece que a educação deve oferecer aos alunos com deficiência oportunidades iguais de aprendizagem e participação. Já a Lei de Acesso à Informação estabelece que a informação deve ser acessível para todos os cidadãos, inclusive os deficientes. Além disso, outras políticas públicas também incluem acessibilidade e inclusão. Por exemplo, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a Política Nacional de Educação Especial na Educação Básica, a Política Nacional de Acessibilidade, dentre outras.

Esse processo de inclusão promoveu uma mudança significativa na educação brasileira, pois permitiu que todos os alunos, independentemente de suas limitações físicas, pudessem ter acesso a um ensino de qualidade. Isso significou que as escolas passaram a ter que se preparar para atender às necessidades de todos os alunos, incluindo os deficientes. Esta inclusão também significou que os professores precisaram se preparar para lidar com as características diferenciadas de cada aluno e com os desafios específicos que eles enfrentam.

Além disso, o ensino inclusivo permitiu que a educação brasileira pudesse se tornar mais inclusiva e acessível para todos. Isso significou que os alunos com deficiência passaram a ter direito a aulas especializadas, auxílio de profissionais especializados para ensiná-los, e materiais curriculares adaptados para atender às suas necessidades. A inclusão dos deficientes na rede regular de ensino também permitiu que eles tivessem acesso aos benefícios e direitos garantidos pela Constituição. Isso significou que os deficientes passaram a ter direito a educação de qualidade, direito à saúde, ao trabalho, à cultura, à segurança social e outros direitos (SILVA; ALMEIDA; ALMEIDA, 2020).

Diante de tal perspectiva, comenta-se que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, no Parecer n. 17/2001, define a Educação Especial como um conjunto de ações educacionais direcionadas às pessoas com deficiência ou com altas habilidades/superdotação, que necessitam de atendimento educacional especializado com o objetivo de desenvolver e/ou manter o máximo de autonomia, habilidades e competências. Estas ações visam à inclusão social e educacional das pessoas com necessidades especiais, à melhoria de sua qualidade de vida e ao seu pleno desenvolvimento pessoal, inclusive para o trabalho (FLORES-MENDOZA, 2019).



O objetivo é alcançar o pleno reconhecimento e o direito à inclusão total das pessoas com deficiência na sociedade, a fim de que elas possam desenvolver todo o seu potencial. Para isso, são exigidas mudanças na cultura, na economia, na educação, na luta contra a discriminação e no acesso ao emprego e serviços. De acordo com Barkley (2002) o movimento político das pessoas com deficiência também luta pela implementação de políticas públicas que garantam acessibilidade e inclusão em todos os setores da sociedade. Isso inclui a aprovação de leis que assegurem o direito à educação, à saúde, à participação política, ao emprego, à moradia e à mobilidade das pessoas com deficiência.

Também é importante destacar que o movimento das pessoas com deficiência não se restringe às reivindicações de direitos, mas também luta para promover a conscientização da sociedade sobre a inclusão das pessoas com deficiência. Para isso, é necessário desenvolver projetos, campanhas e outras iniciativas que sensibilizem a população sobre a importância da inclusão das pessoas com deficiência. Silva, Almeida e Almeida (2020) acrescentam ainda que a luta pelo direito à inclusão das pessoas com deficiência é uma luta constante para garantir que elas sejam incluídas e respeitadas na sociedade. Com a implementação de políticas públicas, mudanças na cultura e na economia, e a conscientização da população, será possível construir uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU), foi aprovada em 2008. Esta Convenção estabelece uma série de direitos das pessoas com deficiência, reconhecendo-as como sujeitos de direitos, com os mesmos direitos, obrigações e responsabilidades que os demais cidadãos. O objetivo da Convenção é promover, proteger e garantir os direitos da pessoa com deficiência, como o direito à igualdade e à não discriminação; o direito à vida, à autonomia, à liberdade de escolha e à segurança; o direito à educação, à saúde, à participação na vida comunitária e na cultura; o direito ao trabalho; e o direito à proteção dos direitos humanos (BRASIL, 2008).

A Convenção também prevê a implementação de medidas que promovam a inclusão e a igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência, incluindo a melhoria da acessibilidade, a eliminação da discriminação e a promoção da autonomia. O Brasil ratificou a Convenção em 2008, comprometendo-se a implementar suas disposições e a promover o respeito aos direitos das pessoas com deficiência. Desde então, o governo brasileiro tem



adoptado medidas para implementar as disposições da Convenção, como a criação de programas de acessibilidade, de educação inclusiva e de assistência social.

Essa importância está relacionada à necessidade de que os indivíduos com deficiência/transtornos desenvolvam habilidades sociais, que incluem a comunicação eficaz, a interação interpessoal, a tomada de decisão e a resolução de problemas. O ambiente coletivo oferece a essas pessoas a oportunidade de praticar e expandir essas habilidades. É através das interações com outras pessoas que os indivíduos com deficiência/transtornos desenvolvem suas habilidades e competências para a vida.

O ambiente coletivo também pode proporcionar uma maior compreensão da diversidade e de seus desafios. As interações coletivas permitem que os indivíduos com deficiência/transtornos aprendam como funciona a sociedade e como interagir com ela. Isso pode ajudar a reduzir a discriminação e o estigma que essas pessoas enfrentam. Além disso, o ambiente coletivo oferece um espaço seguro para que as pessoas com deficiência/transtornos possam expressar suas opiniões e compartilhar suas experiências.

Trazendo para nossa temática, Silva e Nascimento (2017) comentam que a atenção integral à saúde de crianças com TEA deve contemplar, de forma interdisciplinar, a abordagem de diversos aspectos, incluindo os relacionados à saúde física, à saúde emocional e mental, à saúde social, além de necessidades educacionais e também à inclusão social. Nesse sentido, é necessária a colaboração entre profissionais de diferentes áreas, como psicólogos, educadores, pediatras, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, entre outros, para garantir um cuidado completo e eficaz para a melhoria da qualidade de vida da criança com TEA.

Nesse contexto, pontua-se que assegurar a todos a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, sem qualquer tipo de discriminação, é um princípio que está em nossa Constituição desde 1988. É importante que professores, diretores de escolas, autoridades públicas e sociedade em geral estejam conscientizados deste princípio e o retirem em suas práticas educacionais. É necessário que existam políticas públicas para garantir a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, como: a inclusão de todas as crianças na escola, desde a creche, a construção de escolas em áreas mais carentes, a criação de programas de ajuda financeira para alunos de baixa renda, a oferta de transporte para alunos e professores, entre outras.



Também é importante que exista a conscientização e a promoção da diversidade cultural e racial entre alunos, professores e funcionários. Isso pode ser feito através de discussões, palestras, seminários e outras atividades que incentivem a aceitação e o respeito a diferenças. Ao proporcionar o acesso e a permanência na escola, todas as pessoas terão condições de se desenvolver e construir um futuro melhor.

O lúdico e a prática docente na Educação Especial

O segundo objetivo da pesquisa centra-se em identificar os principais pressupostos existentes entre o lúdico e a prática docente na Educação Especial. Nesse cenário, pontua-se que nos primeiros anos de escola, a criança encontra-se em pleno desenvolvimento e formação de sua personalidade, precisando assim da interação. De acordo com Santos (2011) durante esse período, a criança precisa de estrutura, limites e segurança, para que possa evoluir de forma saudável.

Ademais, é importante que o professor ou educador tenha muita paciência e compreensão para com as crianças, pois elas ainda estão aprendendo e se desenvolvendo. Além disso, são necessárias atividades lúdicas e divertidas, que contemplem as habilidades, interesses e necessidades individuais de cada criança. Essas atividades têm como objetivo estimular o desenvolvimento cognitivo, motor e social das crianças, contribuindo para sua formação.

Outrossim, a criança nesse período também precisa de tempo para se socializar e para se relacionar com outras crianças. Assim, é importante que o professor ou educador ofereça momentos de jogos em grupo, para que elas possam aprender a trabalhar em equipe, respeitar regras e desenvolver relações interpessoais saudáveis. Por certo, é importante que o professor ou educador incentive a criança a desenvolver a autonomia, para que ela possa assumir responsabilidades e tomar decisões por si mesma.

Reforçando a importância do lúdico nesse processo, Maluf (2013) traz que o lúdico é extremamente importante para o desenvolvimento infantil, pois ele estimula a criança a experimentar, solucionar problemas, descobrir o mundo ao seu redor, desenvolver sua criatividade, sua autoestima, sua capacidade de relacionar-se com os outros e sua capacidade cognitiva. Complementando, Silva e Nascimento (2017) esboça que o lúdico auxilia o desenvolvimento da criança de diversas formas. Os autores exemplificam, isso através de



jogos, brincadeiras, contações de histórias e outras atividades lúdicas, nesse momento a criança é estimulada a experimentar, solucionar problemas e descobrir o mundo ao seu redor.

Nesse sentido, o lúdico auxilia os pequenos a desenvolverem sua criatividade e capacidade de relacionar-se com os outros. Estas são habilidades essenciais para o desenvolvimento social e emocional da criança. O lúdico auxilia também no desenvolvimento de suas capacidades cognitivas, como atenção, memória, raciocínio lógico e habilidades espaciais. Portanto, o lúdico é extremamente importante para o desenvolvimento da criança, pois ajuda a estimular a autoestima, desenvolver suas capacidades cognitivas e melhorar suas habilidades sociais e emocionais (DOHME, 2013).

Através da ludicidade, é possível oferecer ao aluno com necessidades especiais atividades que despertem o interesse, criatividade e motivação para compreender melhor os conteúdos abordados. Ao utilizar jogos, brincadeiras e outras atividades lúdicas, o aluno tem a oportunidade de vivenciar a aprendizagem de forma divertida e menos cansativa.

Para Maluf (2013) o uso da ludicidade como ferramenta auxilia na aquisição de habilidades, no desenvolvimento das relações sociais, na melhora da comunicação, na conscientização da estruturação do espaço e na forma de se relacionar com os outros. Vygotsky (2000), comenta que através da ludicidade é possível promover a socialização, estimular a criatividade, desenvolver a imaginação e criar situações que possam ajudar a criança com TEA a compreender e se relacionar com o mundo que a cerca.

De acordo com Silva e Nascimento (2017) a interação através de jogos, brincadeiras e atividades divertidas possibilita que a criança com TEA estabeleça vínculos afetivos com o meio, desenvolvendo habilidades para lidar com as dificuldades que possa ter. A convivência de forma lúdica e prazerosa com a aprendizagem é importante para que a criança com TEA possa se desenvolver da melhor forma possível e se inserir no meio social.

De tal forma, a ludicidade também proporciona a socialização entre os alunos, desenvolvendo suas habilidades sociais e emocionais. Além disso, as atividades lúdicas estimulam o raciocínio, a criatividade, a coordenação motora, a memória e o senso de organização. Esses fatores contribuem para o desenvolvimento intelectual e emocional dos alunos com necessidades especiais, melhorando assim sua qualidade de vida.



O controle do comportamento da criança com TEA através das atividades lúdicas, e o papel do professor na Educação Infantil

As intervenções terapêuticas e educacionais são fundamentais para o tratamento eficaz das com TEA. Estas abordagens podem ajudar a melhorar e desenvolver as habilidades cognitivas, sociais e comportamentais das crianças com TEA e podem ajudar a reduzir os comportamentos indesejados. Além disso, as intervenções terapêuticas e educacionais podem ajudar as famílias a entenderem melhor o transtorno e a lidarem com os desafios do dia a dia. Estas abordagens também podem ajudar a melhorar a qualidade de vida das pessoas com TEA e aumentar sua independência.

Ressaltamos inicialmente que o professor não é o profissional apto a diagnosticar, determinada doença/deficiência/transtorno ou manifestação de seu sintoma. Por conseguinte, caberá ao professor tornar-se um profissional habilitado para identificar possíveis sintomas/problemas que poderão ser encaminhados a um profissional qualificado para que o diagnóstico seja feito. Nesse sentido, o professor deverá desenvolver suas habilidades de observação, a fim de que possa detectar precocemente possíveis sinais de transtornos, deficiências ou doenças, e assim auxiliar o aluno através do encaminhamento ao profissional qualificado.

Com base nesse pressuposto, chega-se ao último objetivo específico do presente estudo, que vem levantar as principais ações pedagógicas que podem ser desenvolvidas junto aos alunos com TEA. Onde inicia-se destacando um trecho dos estudos de Antunes (2005) onde a autora, comenta que na antigamente acreditava-se que a aprendizagem ocorria pela repetição e os alunos que não aprendiam eram responsáveis por essa deficiência e, por isso, merecedores do castigo da reprovação.

De acordo com Bock (2012) esta abordagem estava centrada na memorização dos conteúdos transmitidos pelo professor, sendo a parte mais importante do processo de ensino e aprendizagem. O professor era o dono da verdade, aquele que tinha o conhecimento e o aluno era visto como um recipiente que precisava ser preenchido com os conteúdos transmitidos pelo professor. Esse modelo também implicava na utilização de técnicas de ensino e aprendizagem rígidas, como a memorização de conteúdos e a repetição de exercícios. O foco principal estava na transmissão de conteúdos, deixando de lado a discussão e o questionamento sobre a aprendizagem.



Esse modelo de ensino se baseia na transmissão de conhecimento de forma unidirecional, em que os alunos recebem informações do professor, sem qualquer interação ou discussão. Esse padrão não cabe mais, pois a educação moderna procura promover a participação ativa dos alunos, estimulando-os a pensar criticamente, a questionar e a buscar soluções para problemas. O professor deve atuar como um facilitador, guiando o processo de aprendizagem, oferecendo subsídios e estimulando o debate e a troca de ideias entre os alunos. É essencial que o professor também se atualize e acompanhe as novas tecnologias, para que possa usá-las como ferramentas para aprimorar a qualidade da educação.

Conforme Piaget (1973, p. 97), “o que existe de específico na pré-escola é o recorte que se faz do conhecimento a ser ensinado”, isso porque, nessa etapa, a criança ainda está desenvolvendo o seu potencial cognitivo, o que exige que o ensino seja adaptado ao seu nível de compreensão. Dessa forma, o ensino na pré-escola se diferencia do ensino das demais etapas, pois é mais simples e direcionado à exploração e descoberta. Além disso, o ensino na pré-escola também se diferencia em relação ao seu enfoque.

Para Vygotsky (1998, apud Cardoso, 2010), enquanto nas outras etapas existe a preocupação com a memória e a capacidade de aprender por meio da repetição, na pré-escola há maior ênfase no desenvolvimento da criatividade, dos processos lógicos e da curiosidade. Outra diferença significativa entre o ensino na pré-escola e o ensino em outras etapas da educação básica é o uso de materiais de apoio. Enquanto nos níveis mais avançados se utilizam livros, textos, vídeos e exercícios para promover o aprendizado, na pré-escola há maior uso de brinquedos, desenhos e outros materiais lúdicos para estimular a curiosidade e o desenvolvimento intelectual das crianças.

Fortalecendo essa ideia, Santos (2011) nos diz que, o lúdico no ensino proporciona diversas vantagens. Primeiro, ele ajuda a tornar o aprendizado mais divertido, o que motiva os alunos a melhorar o seu desempenho. Além disso, o lúdico permite que os alunos desenvolvam habilidades de pensamento crítico, problemas de resolução e criatividade. Ou seja, é uma ótima maneira de ajudar os alunos a desenvolverem habilidades sociais e a trabalhar em equipe. Essas habilidades são extremamente importantes no mundo moderno.

As ferramentas lúdicas são fundamentais na Educação Infantil, pois elas proporcionam diversas oportunidades para que as crianças aprendam e desenvolvam habilidades importantes para a vida. As brincadeiras também são uma forma importante de estimular o



desenvolvimento cognitivo, psicológico e social das crianças. Com base nos estudos de Piaget (1973), elas permitem que as crianças explorem, criem e desenvolvam habilidades motoras, sociais e emocionais.

Silva e Nascimento (2017) salientam ainda que, as brincadeiras também são importantes para o desenvolvimento da linguagem e da comunicação, pois permitem que as crianças adquiram novas palavras e frases. Elas também são boas para ajudar as crianças a desenvolverem habilidades de resolução de problemas e habilidades de trabalho em equipe, elas podem ajudar a promover o desenvolvimento saudável da autoestima das crianças e ajudar a construir laços de amizade.

Para Lima (2008) o brincar lúdico é um espaço de aprendizagem onde a criança pode desenvolver e aprimorar suas habilidades cognitivas, sociais, emocionais e motoras. Ele permite que ela explore o ambiente de forma livre, criando seu próprio caminho de descobertas e aprendizagem, com seus próprios objetivos, ritmos e estilos. De acordo com Teixeira (2010) o brincar lúdico é importante para o desenvolvimento adequado da criança, pois possibilita que ela explore, construa conhecimento, adquira competências, fortaleça a autoestima e desenvolva relações interpessoais.

Conforme Santos (2011) existem dois aspectos importantes no emprego dos jogos como instrumentos de aprendizagem significativa na Educação Infantil junto com os alunos com TEA, conforme se observa:

1. Motivação: a integração de jogos em contextos educativos aumenta significativamente a motivação dos alunos com TEA. Isso ocorre porque jogos oferecem maior diversão e desafios para os alunos, o que é mais interessante do que a típica aula de sala de aula. Isso estimula os alunos a interagirem e a se interessarem mais pelo conteúdo que estão aprendendo.

2. Participação: outro aspecto importante do emprego de jogos em contextos educativos é a participação dos alunos com TEA. Os jogos permitem que os alunos sejam mais ativos durante as atividades educativas, pois eles têm que tomar decisões e resolver problemas, o que os ajuda a desenvolver competências de raciocínio e habilidades de tomada de decisão. Além disso, os jogos também permitem que os alunos sejam mais criativos, pois eles têm que usar seus conhecimentos para criar soluções.



Realçando ao pensamento do autor supracitado ara Vygotsky (1998, apud Cardoso, 2010, p.17), “a arte de brincar pode ajudar a criança a desenvolver-se, a comunicar-se com os que a cercam e consigo mesmo”. A brincadeira estimula o desenvolvimento da capacidade de comunicação, da memória, da atenção, da concentração, da imaginação, do raciocínio, dos movimentos e das habilidades sociais. A arte de brincar também ajuda a criança com TEA a desenvolver um sentimento de segurança, a lidar melhor com o estresse e a relaxar. A brincadeira também ajuda a criança a desenvolver suas habilidades de comunicação, pois ela permite que a criança se expresse de forma não-verbal.

Complementando esse contexto, esse estudo acrescenta que, a arte de brincar também pode ajudar a criança com TEA a desenvolver relacionamentos saudáveis com outras crianças. Isso permite que a criança se torne mais confiante e segura de si mesma. A brincadeira também pode ajudar a criança a melhorar suas habilidades de comunicação e a entender melhor o mundo ao seu redor.

Para Oliveira (2010, p. 10) “o lúdico não está nas coisas, nos brinquedos ou nas técnicas, mas nas crianças, ou melhor, dizendo, no homem que as imagina, organiza e constrói”. O lúdico é a capacidade do homem de usar a imaginação e o pensamento em formas lúdicas, como jogos, brincadeiras, atividades e outras formas de expressão. É uma forma de se expressar com alegria, diversão e entretenimento. É na liberdade e na criatividade que as crianças encontram seu estado lúdico, onde acabam por desenvolver melhor sua capacidade de expressão, criatividade, imaginação e aprendizagem. Assim, a importância do lúdico para as crianças é fundamental.

É por meio desta liberdade de expressão que elas desenvolvem sua capacidade de aprender as diferentes formas de relacionamento e de se expressar, além de desenvolver sua criatividade. Brougère (2008) expressa que, o lúdico também contribui para o desenvolvimento emocional, pois permite que as crianças explorem e expressam seus sentimentos de forma segura e divertida. Por isso, é importante que os pais incentivem o lúdico em seus filhos, oferecendo atividades e brinquedos que possam ser usados para desenvolver a imaginação e a criatividade.

Uma forma de lidar com essas características e comportamentos é criar estrutura e rotina para a criança com TEA. Isso pode incluir estabelecer expectativas claras, criar um ambiente seguro e prever/dar tempo para mudanças. Além disso, é importante que o professor



seja o mais consistente possível com as regras e expectativas. Estabelecer limites claros e definir consequências consistentes por comportamentos inadequados também pode ajudar. Além disso, é importante lembrar que cada criança com TEA pode ter diferentes características e necessidades. É importante tomar o tempo para conhecer a pessoa e descobrir as melhores formas de interagir com ela.

Considerações Finais

Em resposta ao objetivo da presente pesquisa que consiste em conhecer os princípios lúdicos estabelecidos para o controle do comportamento da criança cometido pelo TEA, destaca-se que a entrada na escola regular é um desafio para crianças com TEA. Para enfrentar esse desafio, é importante que as escolas ofereçam suporte e adaptações educacionais adequadas para as crianças com TEA. As escolas devem fornecer recursos para professores e funcionários, bem como adaptações no ambiente de sala de aula para tornar a transição para a escola regular mais fácil. O uso de materiais visuais e recursos de tecnologia assistiva, como computadores, também pode ajudar a apoiar o processo de aprendizagem das crianças com TEA.

Para isso o primeiro passo é ter um bom planejamento. O planejamento deve incluir o estudo de como o ambiente de aprendizagem funciona, o que os alunos com TEA precisam saber para serem bem-sucedidos e como os professores podem ajudar a criar um ambiente de aprendizagem que seja positivo e efetivo para todos os envolvidos. Outro passo importante é a criação de um plano de ação para envolver os alunos com TEA. Isso inclui ações como a criação de estratégias de ensino que permitam que os alunos sejam capazes de compreender e serem capazes de aplicar o que aprendem.

Além disso, é importante que os professores sejam capazes de se comunicar com eficácia com os alunos com TEA, oferecendo feedback adequado e incentivando a participação dos alunos. Por fim, é importante que os professores sejam flexíveis e criem um ambiente de aprendizagem que seja seguro e acolhedor para todos os envolvidos. Isso pode incluir a criação de áreas de trabalho específicas, o uso de materiais adaptáveis, o uso de tecnologia assistiva, entre outros. Fazer ações como oferecer treinamento para os professores e encorajar a participação dos pais também pode ajudar a criar um ambiente de aprendizagem produtivo.



Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Joelise Mascarello de. **Teoria e prática da Educação Especial**. Manaus; UEA Edições, 2017.
- ANTUNES, Celso. **Jogos para estimulação das múltiplas inteligências**. Petrópolis: Vozes. 1998. BERTOLDO, Janice Vida; 2005.
- APA, American Psychiatry Association. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental disorders - DSM-5**. 5th.ed. Washington: American Psychiatric Association, 2014.
- BARKLEY, R.A. **Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade – TDAH**. Guia completo para pais, professores e profissionais da saúde. Porto Alegre: Artes Médicas. 2002.
- BOCK, Ana Mercês Bahia. **Psicologias: uma Introdução ao Estudo de Psicologia**. São Paulo: Saraiva p. 114 a 119, 2012.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Lei n.º 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. **Lei n.º 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n.º 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 18 nov. 2011.
- CARDOSO, M. C. **Baú de memórias**: representações de ludicidade de professores de educação infantil. Programa Pós-Graduação- Mestrado em Educação/FACED/UFBA. 2010.
- DOHME, Vânia. **Jogando**: o valor educacional dos jogos. São Paulo: Informal, 2013.
- FLORES-MENDOZA, C.E. **Processamento cognitivo básico e inteligência em deficientes mentais**. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2019.
- LIMA, Noélia Avelar. **A importância do brincar na Educação Infantil**. 2008. Disponível: <<http://www.uninove.br>>. Acesso em: 12.out.2022.
- MALUF, Ângela Cristina Munhoz. **Brincar, prazer e aprendizado**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2013.
- OLIVEIRA, Marta Kohl. **Vygotsky**: Aprendizado de desenvolvimento: um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 2010.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Adotada em Nova York, em 13 de dezembro de 2006. Disponível em: <<https://www.un.org/esa/socdev/enable/documents/tccconvs.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2023.
- RUTTER, M.; LE COUTEUR, A.; LORD, C. **The Autism Diagnostic Interview-Revised**. 2021. Disponível em: <<https://www.researchgate.net>>. Acesso em: 30.dez.2022.
- SANTOS, Santa Marta. A ludicidade como Ciência. Rio de Janeiro. Vozes Ltda. 2011.



SCHOPLER, E. et al. *Toward objective classification of childhood autism: Childhood Autism Rating Scale (CARS)*. J. Autism. Dev. Disord., v. 10, n. 1, p. 91-103, mar. 2019.

SILVA, A.B.S.; GAIATO, M.B.; REVELES, L.T. **Mundo Singular**: entenda o autismo. São Paulo: Fontanar, 2012.

SILVA, C.M.; ALMEIDA, L.; ALMEIDA, J.S. Perturbações do espectro do autismo: um estudo qualitativo das percepções das mães sobre o apoio disponibilizado em uma escola particular, cidade de Manaus/AM. In: ULHOA, J.B.R. **Ciências Biológicas e da Terra: princípios fundamentais** (Volume II). Piracanjuba-GO, Editora Conhecimento Livre, 2020.

SILVA, Clodoaldo Matias da; NASCIMENTO, Herica Thayse Barboza. Perturbações do Espectro do Autismo: uma revisão bibliográfica acerca dos benefícios da prática de Educação Física junto aos alunos que têm Necessidades Educativas Especiais. In: ANDRADE, Joelise Mascarelo de. **Teoria e prática da Educação Especial**. Manaus; UEA: Edições, 2017.

TEIXEIRA, Sirlândia Reis de Oliveira. **Jogos, brinquedos, brincadeira e brinquedoteca: implicações no processo de aprendizagem e desenvolvimento**. 2. Ed. RJ: Wak Editora, 2010.

Apresentado para avaliação 30/12/2022

Aprovado em 27/06/2024